



**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO À
COMPREENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
COMO LUGARES EDUCADORES**

THE CONTRIBUTION OF EDUCOMMUNICATION TO THE UNDERSTANDING
OF CONSERVATION UNITS AS EDUCATING PLACES

LA CONTRIBUCIÓN DE LA EDUCOMUNICACIÓN A LA COMPRENSIÓN DE
LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN COMO LUGARES EDUCATIVOS

Edneida Rabêlo Cavalcanti¹
edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br

Solange Fernandes Soares Coutinho²
solange.coutinho@fundaj.gov.br

RESUMO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil agrupa as áreas protegidas que o compõe em duas categorias: as de proteção integral e as de uso sustentável. Além delas há outras áreas protegidas criadas por legislações específicas. Considerando a potencialidade desses espaços na promoção do conhecimento e da compreensão do ambiente de forma sistêmica, na educação formal e não formal, a Fundação Joaquim Nabuco, instituição do Ministério da Educação do Brasil, desenvolveu a pesquisa “Unidades de Conservação como Lugares Educadores” tendo como objetos de estudo cinco Unidades de Conservação (UCs) presentes no Nordeste do País, mas focando as ações no Parque Nacional do Catimbau e na Reserva Extrativista Acaú-Goiana. O presente trabalho refere-se às oficinas de Educomunicação realizadas com o objetivo de contribuir para ampliação do conhecimento sobre as UCs citadas e do papel que têm como lugares educadores.

Palavras-chave: Educomunicação. Lugares Educadores. Unidades de Conservação. Educação Formal e Não Formal.

ABSTRACT

The National System of Conservation Units in Brazil groups the protected areas that compose it into two categories: those of integral protection and those of sustainable use.

¹ Geógrafa, Mestrado em Geografia e Doutorado em Engenharia Civil – Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos. Pesquisadora Adjunta da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade (Gepes). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4744432642096403>

² Geógrafa e Licenciada em Geografia. Especialização em Ecologia, Mestrado em Geografia. Pesquisadora Adjunta da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e Professora Titular da Universidade de Pernambuco (UPE), atuando em Recife-PE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1532922752008435>

In addition to these there are other protected areas created by specific legislation. Considering the potential of these spaces in promoting knowledge and understanding of the environment in a systemic manner, both in formal and non-formal education, the Fundação Joaquim Nabuco, an institution of the Ministry of Education of Brazil, developed the research “Conservation Units as Educational Places” with five Conservation Units (UCs) present in the Northeast of the country, but focusing on actions in the Parque Nacional (Parna) Catimbau and the Reserva Extrativista (Resex) Acaú-Goiana. The present work refers to the Educommunication workshops held with the objective of contributing to the expansion of knowledge about the aforementioned UCs and the role they have as educating places.

Keywords: Educommunication. Educational places. Conservation Units. Formal and non-formal education.

RESUMEN

El Sistema Nacional de Unidades de Conservación de Brasil agrupa las áreas protegidas que lo componen en dos categorías : las de protección integral y las de uso sostenible. Además de estos, existen otras áreas protegidas creadas por leyes específicas. Considerando el potencial de estos espacios para promover el conocimiento y la comprensión del medio ambiente de manera sistémica, en la educación formal y no formal, la Fundación Joaquim Nabuco, una institución del Ministerio de Educación de Brasil, desarrolló la investigación “Unidades de conservación como lugares educativos”, teniendo como objeto de estudio cinco Unidades de Conservación (UC) presentes en el Nordeste del país, pero con foco en acciones en el Parque Nacional (Parna) do Catimbau y en la Reserva Extrativista (Resex) Acaú-Goiana. El presente trabajo hace referencia a los talleres de Educomunicación realizados con el objetivo de contribuir a la expansión del conocimiento sobre las UC mencionadas y el rol que tienen como lugares educativos.

Palabras clave: Educomunicación. Lugares educativos. Unidades de Conservación. Educación formal y no formal.

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Unidades de Conservação como Lugares Educadores”, desenvolvida na Fundação Joaquim Nabuco, instituição do Ministério de Educação do Brasil, teve como questão de partida incertezas quanto às relações que se estabelecem entre Unidades de Conservação (UCs) e os processos educativos formais e não formais em suas áreas de entorno – se estas são de complementaridade, de conflito, de indiferença ou de desconhecimento mútuo ou unilateral. Neste contexto, teve como objetivo central avaliar Unidades de Conservação como Lugares Educadores no âmbito das políticas

públicas vinculadas à Educação e à Sustentabilidade a partir da sua inserção na educação formal e não formal. Para o seu alcance, contou com os seguintes objetivos específicos: verificar a relação de complementaridades e conflitos das Unidades de Conservação, no que concerne às suas instâncias administrativas, conselhos, outros instrumentos de gestão e infraestrutura, com a dimensão educativa formal e não formal; apreender como os sistemas educacionais formais e não formais estão respondendo, e como poderiam melhor responder, aos desafios de gestão participativa das Unidades, considerando as dinâmicas socioecológicas e culturais lá existentes; produzir conjuntamente conhecimentos e construir coletivamente materiais pedagógicos que contribuam para o aumento da oferta de instrumentos que facilitem a relação de complementaridade entre Educação e Sustentabilidade a partir do potencial educativo das Unidades de Conservação.

Na pesquisa foram tomados como objetos do estudo cinco Unidades de Conservação da Região Nordeste do Brasil que se encontram em diferenciados contextos geográficos e de categorias de proteção, dentre elas a Reserva Extrativista (Resex) Acaú-Goiana e o Parque Nacional (Parna) do Catimbau que foram alvos de estudos mais aprofundados. Também estão sendo objetos do estudo a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, o Monumento Natural (MONA) do Rio São Francisco e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Estadual Potiguar Ponta do Tubarão. Desta forma o trabalho abrangeu áreas dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, incluindo ambientes costeiros, marinhos e continentais.

Na Reserva Extrativista Acaú-Goiana e no Parque Nacional do Catimbau, foram programadas e executadas atividades que buscaram contribuir mais diretamente para a discussão da questão motivadora da pesquisa e o entendimento das Áreas Protegidas como Lugares Educadores tanto para os que atuam na educação formal e também na não formal, como para os gestores destas Unidades de Conservação. Assim, no ano de 2018 foram realizadas quatro Oficinas de Educomunicação, duas em cada uma das UCs, envolvendo gestores de diferentes modalidades de ensino e de outros setores da administração pública, servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio), lideranças locais relacionados à educação não formal e população beneficiária no processo de criação da Unidade, no caso da Resex Acaú-Goiana.

O presente artigo apresenta as motivações para escolha dessa temática para a pesquisa e, principalmente para o trabalho desenvolvido para e com as Oficinas de Educomunicação, traz algumas reflexões teóricas que embasam a escolha e apresenta o processo da Oficina, desde a programação até os registros desse diálogo entre diversos segmentos da sociedade.

POR QUE EDUCOMUNICAÇÃO?

No âmbito do Governo Federal, o conteúdo educativo e de comunicação para a implementação de políticas públicas na gestão do meio ambiente é visto como necessário para que a proteção da natureza possa ser duradoura e efetiva, a partir da participação e controle social da população na identificação de áreas, na criação de UCs e na gestão das mesmas.

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído no ano de 2006, apresenta princípios e diretrizes que vão nortear as ações a serem desenvolvidas para o estabelecimento de um sistema abrangente e representativo de Áreas Protegidas e tinha como horizonte o ano de 2015 (Decreto 5.758/06). Uma das estratégias apontadas pelo PNAP para o alcance de seus objetivos é o fortalecimento da comunicação, da educação e a sensibilização pública para participação e controle social sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Para tanto, o PNAP previu a formulação de uma Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), no âmbito do SNUC, com o objetivo de

Fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera, em seu entorno e nas zonas de amortecimento; promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios, e o diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos com a questão no país (BRASIL, p. 20, 2011).

CAVALCANTI, E.R.; COUTINHO, S.F.S. A contribuição da educomunicação à compreensão das unidades de conservação como lugares educadores. Revista CC&T/UECE – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, v. 2, n. 4, p. 63-80, jan./jul. 2021. Disponível em:

<http://revistas.uece.br/index.php/CECiT>

A Encea, por meio de ações educacionais exercidas nas UCs e em seus entornos, funciona como uma estratégia utilizada para possibilitar à sociedade um crescimento educacional coletivo, aperfeiçoando a qualidade de vida através da conservação dos ambientes em que residem e, assim, desfrutando bem estar e até oportunidades de renda, o que, segundo Coutinho; Ferreira; Silva (2019), estaria em acordo com a Agenda 2030, contribuindo, direta ou indiretamente, para o alcance dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). A motivação existente com essa iniciativa também se correlaciona com a construção da gestão participativa das UCs, aproximando as Unidades Gestoras dos diversos sujeitos sociais (FERREIRA; CAVALCANTI, 2019).

É indiscutível que a comunicação tem hoje um papel fundamental na vida de todo ser humano. Na chamada sociedade da informação (ou pós-industrial), a TV, o rádio, o jornal, a revista e a Internet têm um papel intenso, sobretudo, na vida dos jovens. A informação, já não é adquirida prioritariamente através dos livros ou com professores e professoras, mas sim por uma complexa, abrangente e líquida teia de meios de comunicação que por sua vez possui filtros e mediações, escolhas e orientações políticas. Nesse sentido, “o processo da comunicação é técnica e mercadologicamente redefinido pela informação, isto é, por um produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital” (SODRÉ, 2006, p. 20). Na atualidade, na situação de pandemia na qual o planeta se encontra, a importância da comunicação passa a ter um caráter de vida ou morte. E isso se percebe nos diferentes âmbitos e entre os mais diferenciados atores.

O escritor e intelectual italiano Umberto Eco chegou a denominar à época que se vivia como “Idade Mídia”, pois, ao contrário das sombras da Idade Média, quando o conhecimento ficou restrito à vida monástica, a época atual disponibiliza tanta informação que o “excesso de luz” pode também conduzir a espécie humana longe da compreensão de tudo que chega até ela. Até porque o acesso à informação também é desigual. As mídias se inserem nesse processo com tecnomediações de conteúdos modelados e visualizáveis por meio de formatações convencionadas entre os construtores da informação e os que com ela interagem (JORANTE; SANTOS, 2014).

A Internet e seu desenvolvimento aprofundaram, mas também abriram possibilidades sobre esse cenário. O surgimento da rede mundial de computadores, não só aumentou a quantidade de informação disponível, como abriu um caminho, até então, de difícil acesso à maior parcela da população: a produção de comunicação. Essa é uma grande virada das mídias, que abre crise e ao mesmo tempo oportunidade na sociedade: produção de fake news e possibilidade de produzir comunicação de forma horizontalizada. Texto, imagem e vídeo são facilmente criados (até por meio do telefone celular) e também veiculados. Se consideramos que a Educação, nos preceitos do que nos oferta Paulo Freire, tem o objetivo de construção autônoma dos educandos, seja na educação formal como não formal, como então seria possível realizar essa tarefa deixando de fora a informação, a comunicação e seu papel na sociedade hoje?

O Direito à Comunicação tem relação com os preceitos da educação popular surgida na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, então dominada por ditaduras militares, com o trabalho de diversas experiências de comunicação comunitária e cultural, muitas vezes na clandestinidade ou desafiando a censura, com um intenso processo de valorização da palavra dos setores populares, influenciado pela Teologia da Libertação, então hegemônica na Igreja Católica, e pelo pensamento político marxista.

A comunicação popular se conecta com esse universo e tem no argentino Mário Kaplún (1923-1998), um de seus precursores e também reconhecido como criador do neologismo “educador”, por ele usado em menção ao profissional ou voluntário em projetos de jornalismo/radialismo alternativos (KAPLÚN, 1998). Com larga experiência em produção de televisão e tendo trabalhado em meios de comunicação comerciais, na década de 1970 Kaplún deu início a um trabalho educacional por meio da rádio, envolvendo pessoas adultas de origem rural. Seu objetivo era contribuir para a formação de uma consciência crítica, capaz de desvelar os meios de comunicação em relação à sua interferência na visão de mundo e no comportamento político das pessoas e grupos.

Kaplún comungava do entendimento freireano de que a neutralidade frente ao mundo, ao histórico e aos valores reflete não mais que o receio que o sujeito tem de revelar seu compromisso com seus próprios interesses ou “com os interesses dos grupos

aos quais pertence” (FREIRE, 2001, p. 20). Nesse sentido a intenção de Kaplún era fazer com que a comunicação e os meios, tradicionalmente a serviço do capital, cooperassem para o fomento da organização popular – aqui entendida como ação politizada de grupos organizados ligados à classe trabalhadora em geral.

Anteriormente a Kaplún, porém, na década de 1970, o estudioso espanhol Francisco Gutierrez já versava sobre o tema, ainda que não sob o nome de educomunicação. Gutierrez afirmava que era preciso preparar a pessoa para a vida, considerando o aluno como uma pessoa inteira – com sua afetividade, percepções, sentidos, crítica, criatividade. Para ele, fazia-se “(...) urgente a necessidade de revisar a educação à luz das novas exigências que nos oferecem os meios de comunicação social, tanto por seu conteúdo quanto por suas formas” (GUTIERREZ, 1978, p.14). A comunicação, afirmava Gutierrez, é um problema da humanidade e, em síntese, é diálogo. A educação, por outro lado, deveria proporcionar as possibilidades para que o ser humano atuasse, modificasse e transformasse a realidade.

Nesse sentido, a compreensão de que “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas o encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação de significados” (FREIRE, 1998), anima o campo da educomunicação como um caminho a ser trilhado na lógica de diminuição de vulnerabilidade social a informação. Este campo defende, segundo Soares (2002), o uso da comunicação como um meio eficaz para ampliar ações voltadas à cidadania e para ampliar as formas de expressão dos membros de uma comunidade. Nesse sentido, interdiscursividade e polifonia são aspectos inerentes ao processo educacional, que coloca a comunicação como componente indispensável de uma educação transformadora e o ser humano, relacional e cultural, como de natureza comunicativa (FREIRE, 1988).

Como registra Schaun, “os objetivos do educador são atuar dentro e fora dos muros, servir de ponto de mediação de integração e de reflexão, saindo de impasse e transitando nos vários territórios, comunicar não apenas os enunciados científicos e técnicos, mas produzir a comunicação de discursos éticos, estéticos e sobretudo políticos que mirem transformações e inclusões sociais” (SCHAUN, 2002, p. 84). Para

que essa comunicação e construção de discursos ocorram, o outro é indispensável. Por esse motivo, afirma Schaun que a educomunicação propõe credulidade no ser humano – seu permanente conflito e encontro com o outro. Conforme ela escreve,

A alteridade é o substrato constitutivo da educomunicação, que visa relações sociais mais humanizadas, acredita na transformação do indivíduo e da sociedade, na descoberta de novos caminhos para a resolução colaborativa de problemas e, sobretudo, na criação inovadora de olhares diferenciados sobre o cotidiano (SCHAUN, 2002, p. 82-83).

A MÍDIA RÁDIO NO PROCESSO EDUCOMUNICATIVO

A rádio é um meio de comunicação que permite um alto nível de proximidade: atividades como dirigir, trabalhar, ler, descansar, correr na praia, podem ser embaladas ao som de um programa de rádio. Além disso, a rádio é um meio de comunicação que mostra outra vantagem sobre os demais – diferentemente da televisão ou do jornal impresso, por exemplo, ele trabalha somente com a questão sonora e, por esse motivo, desperta a imaginação dos ouvintes. Como afirma Salomão (2003, p. 26), “a rádio é um convite permanente à imaginação, ao envolvimento e, mesmo, à cumplicidade na realização do processo enunciativo”. A palavra ou a ausência dela é o que constrói o discurso na rádio que não conta com imagens para ser compreendido, mas com diálogos. Também é uma mídia que vem se adaptando às mudanças tecnológicas, e hoje é bastante popularizada a rádio web e, de acordo com Salomão (2003, p. 23), “(...) a rádio cumpre um papel de preenchimento e mostra que a lógica de identificação – de caráter coletivo – significa para o ouvinte uma alternativa de compartilhamento de experiências e emoções”.

Ainda que qualquer meio de comunicação possa ser tido como uma tecnologia usada em favor do processo comunicativo na educação, a rádio, além de ter um caráter de proximidade com o receptor e estimular a imaginação, é um veículo cujo manuseio é simples e fácil de ser apreendido pelas crianças. Outra questão que colabora para que seja inserido nas escolas é o investimento que implica, mais barato do que outros meios de comunicação (como a televisão ou a Internet, por exemplo). Tanto pelos custos mais baixos quanto ao manuseio dos equipamentos, a rádio tem um potencial para contribuir com a democratização da informação.

CAVALCANTI, E.R.; COUTINHO, S.F.S. A contribuição da educomunicação à compreensão das unidades de conservação como lugares educadores. Revista CC&T/UECE – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, v. 2, n. 4, p. 63-80, jan./jul. 2021. Disponível em:

<http://revistas.uece.br/index.php/CECiT>

AS OFICINAS DE EDUCOMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DA PESQUISA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO LUGARES EDUCADORES

O processo de construção das Oficinas de Educomunicação teve o envolvimento da equipe da pesquisa, incluindo bolsistas e estagiários da Fundação Joaquim Nabuco e APA Costa dos Corais e a gestora do Parna do Catimbau. O trabalho foi participativo vivenciando-se metodologias de problematização e uso de processos educacionais. Na oportunidade foi possível refletir sobre o campo de trabalho da Educomunicação e construir conjuntamente as atividades pensadas e seus respectivos objetivos, e definir a programação base a ser trilhada.

Um ponto importante na concepção das Oficinas foi o da articulação local, através da inserção dos pesquisadores nos contextos das UCs objeto do aprofundamento da pesquisa, por meio de estudos e pesquisas anteriores, da participação no Conselho Gestor, no caso da Resex Acaú-Goiana, e do envolvimento em eventos diversos, construídos em parceria com instituições públicas e da sociedade civil organizada, discutindo temáticas ligadas às Áreas Protegidas, o que criou uma condição de confiança e credibilidade junto a sujeitos sociais locais. Essa tessitura foi feita a partir das ciências sociais, mas ampliando o diálogo para outros campos disciplinares e ainda para outros modos de conhecimento, acolhendo saberes que vão além dos científicos (RIGOTO; LEÃO; MELO, 2018).

Em trabalho recente no Parna Catimbau, buscando entender a relação entre os processos educativos e as áreas protegidas junto a professores dos municípios da área de entorno da UC, Coutinho; Albuquerque; Bertucelli (2019), observaram que 90% dos entrevistados, consideram o Parque como lugar educador, mas quando perguntados sobre qual o principal objetivo a ser atingido por aquela UC, predominou ser a proteção ambiental, com 32%, enquanto educação e turismo, ambos apresentaram 22%.

O PERCURSO DAS OFICINAS DESVELADO NO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

O caminho escolhido para desvelar o processo das Oficinas de Educomunicação

teve inspiração na concepção de sistematização desenvolvida por Jara (2006, p. 24),

Sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Nesse sentido, por ser mais que uma descrição e narração, pode ofertar conhecimentos e aprendizagens significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas, compreender a própria prática, e traçar pistas para o futuro, para continuidade de ações ou novas iniciativas. Nesse sentido, é importante a decisão de aprender com a experiência, deixar que ela se evidencie e fazer análise e síntese da mesma. A proposta de Jara (2006) tem cinco momentos que dialogam entre si: a) O ponto de partida; b) As perguntas iniciais, c) Recuperação do processo vivido; d) A reflexão de fundo e, e) Os pontos de chegada, que serão apresentados nas Considerações Finais. A partir disso foi desenvolvido em subitens a sistematização das Oficinas de Educomunicação, sendo que os pontos de chegada estarão sendo apresentados nas considerações finais do trabalho.

a) O ponto de partida – mobilização, preparação e acolhimento

Ao mesmo tempo em que se planejou o roteiro geral das Oficinas foi iniciado o processo de mobilização, a partir de levantamentos de dados secundários, visitas ao campo e contatos remotos. Tomou-se como referência a amostra das escolas no contexto da área de entorno de cada uma das duas UCs. Além disso, foram visitadas instituições e gestores ligados à educação e ao meio ambiente, representantes da sociedade civil e comunidades beneficiárias das áreas protegidas em questão. Na ocasião também foram identificados novos contatos, possíveis nomes e repassou-se um breve informativo impresso sobre a pesquisa, a Oficina, datas, a quem procurar, etc. É importante destacar que o processo de mobilização foi compreendido como etapa educativa, já que na oportunidade de contato com as escolas – representadas por seus gestores e professores indicados por estes –, com as liderança representativa de populações tradicionais, com beneficiários da Resex ou de segmentos da sociedade civil, se estabeleceu diálogo, reflexão, ponderações, sugestões. Mobilizar significa envolver e

convocar vontades convergentes para um propósito comum que faça sentido ao grupo e contribua para evidenciar as interpretações presentes sobre um tema (TORO; WERNECK, 2007).

Ao todo participaram das quatro Oficinas 101 pessoas. Esse público, no entanto, representa um contingente bem maior de pessoas, já que cada participante está inserido em universos educativos que ampliam o potencial de reedição do que foi vivido, refletido e reelaborado a partir das perguntas, discussões e construção conjunta de conhecimentos.

b) As perguntas iniciais

No contexto da Resex Acaú-Goiana e do Parna Catimbau, foram colocados os seguintes pontos para reflexões introdutórias: Por que e para que a existência de Áreas Protegidas? O que se conhece a respeito da UC em questão (Resex ou Parna)? Como localizar no mapa o que conhecemos na Unidade e em seu entorno? É importante falar/comunicar sobre esses assuntos? Se sim, como isso poderia ser feito? E o propósito da sistematização foi reconstituir a experiência gerada a partir dessas provocações.

c) Recuperação do processo vivido – breve descrição do movimento das Oficinas

As Oficinas tiveram cada uma, sua pulsação e ritmos próprios, mesmo havendo um roteiro comum. Sempre contavam com a recepção e inscrição dos participantes e um lanche de boas-vindas, além de um processo de apresentação dinâmica, sempre com o cuidado de cultivar o sentimento de pertencimento (Figura 1).



Figura 1 – Dinâmica de apresentação na Oficina de Goiana/PE
Fonte: arquivo da pesquisa.

A problematização do tema Áreas Protegidas, a partir da expressão inicial dos participantes em tarjetas, foi importante para entender as diferentes percepções existentes, assim como inserir elementos históricos, da legislação e institucionalidade. Esse momento possibilitou discutir aspectos ligados ao sentido de proteger áreas e como essas iniciativas se deram ao longo da história do País e o que foi mudando; quais as referências legais (Código Florestal e suas alterações; Constituição Federal de 1988; Lei do SNUC, etc.) e também como foi se dando o arcabouço institucional para lidar com essa questão. Também foi a oportunidade de falar sobre categorias de Unidades de Conservação, de refletir sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP), seus sentidos ecológicos e sociais e os embates políticos.

Além disso, veio à tona as tensões e conflitos existentes nas UCs, a criação de Conselho Gestor e Plano de Manejo como prerrogativas, ficando evidenciado que a Resex possui Conselho Gestor de caráter Deliberativo, com altos e baixos em seu funcionamento, mas ainda não possui Plano de Manejo, só acordo de gestão.

Utilizando como apoio o processo de mapeamento colaborativo, que perpassou todo o contexto da pesquisa, os participantes puderam correlacionar as perguntas geradoras com o olhar sobre o território vivenciado, num exercício desafiador de

espacialidade, escala, localização. De forma individual, com um mapa da UC em formato A4, foram estimulados a pensar sobre aquele espaço, identificando aspectos ambientais que colocariam como positivos e os que apontaria como negativos. Depois, em grupos definidos para que houvesse diversidade de formação e área de atuação, para permitir diálogo mais horizontalizado sobre a temática, eles trabalharam esses pontos, buscando construir consensos, usando o mesmo mapa em formato A3 (Figura 2).



Figura 2 – Trabalho em grupo no mapa A3 do Parna do Catimbau, na Oficina de Buíque/PE
Fonte: arquivo da pesquisa.

Ao mesmo tempo em que exercitavam esse olhar-memória sobre o território de inserção da UC, os participantes também foram estimulados a destacar um desses aspectos para trabalhar no processo de comunicação e também levantar o que abordar sobre o tema escolhido. Para subsidiar esse ponto, também foi estimulada reflexão sobre o que significa comunicação, quais as transformações experimentadas pelo mundo tecno-informacional, mas também trazendo elementos da educação popular, direito à comunicação, etc. A partir daí, havia um pequeno aprofundamento na mídia rádio, como recorte para o desenvolvimento da atividade educomunicativa.

A partir de sugestão de roteiro, os grupos desenvolveram seus programas de rádio, definindo nome da rádio e do programa (Quadro 1) e encenaram os mesmos

(Figura 3), possibilitando, a partir de um processo criativo e lúdico, a aproximação e um mergulho na temática escolhida.

Oficinas Resex Acaú-Goiana
1. Rádio Pitimbu FM. Programa Nossas Raízes; 2. Eco Rádio – Aqui é o Eco é Sistema; 3. Programa Mangação; 4. Programa Rasgando a Rede; 5. A “Maré” não está pra peixe; 6. Rádio apicum: Programa Goiana Ecologia; 7. Programa Vozes do Rio
Oficinas Parna Catimbau
1. Rádio Umbuzeiro: o uso dos 3 Rs da sustentabilidade; 2. Rádio Mandacaru. Programa a Voz do Sertão; 3. Rádio Flor de Mandacaru. Programa Eco no Ar; 4. Rádio Cachimbo Pequeno: programa chapadão 51; 5. Rádio Vale FM: programa vale em foco; 6. Rádio educativa Catimbau FM: programa voz do Parna; 7. Rádio Terra de Caboclo: programa rota dos encontros naturais

Quadro 1 – Alguns exemplos de nomes dos Programas de Rádio nas Oficinas
Fonte: Organizado pela equipe da pesquisa.



Figura 3 – Apresentação de programa de rádio na Oficina de Buíque/PE

Fonte: arquivo da pesquisa.

d) A reflexão de fundo

A recuperação do processo vivido nos permitiu identificar uma profusão de entendimentos sobre a temática das Áreas Protegidas, e a dificuldade em organizar o

CAVALCANTI, E.R.; COUTINHO, S.F.S. A contribuição da educomunicação à compreensão das unidades de conservação como lugares educadores. Revista CC&T/UECE – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, v. 2, n. 4, p. 63-80, jan./jul. 2021. Disponível em:

<http://revistas.uece.br/index.php/CECiT>

pensamento sobre conservação e preservação. O desconhecimento sobre as UCs trabalhadas e seus objetivos também foi significativo entre os professores, com o tema sendo praticamente inexistentes na organização dos conteúdos abordados nas disciplinas pelas quais são responsáveis. Dos professores participantes das Oficinas, poucos haviam visitado a área da UC da qual fazem parte da área de entorno e um número pequeno fez referência a algum trabalho educativo desenvolvido a partir da Unidade Gestora de cada UC. Os que fizeram alusão a existência de alguma ação, refletiram que não houve continuidade.

As reflexões sobre o tema da educomunicação nos trouxe elementos interessantes sobre a existência de iniciativas diversas no campo da educação ambiental, muitas ainda no formato pontual, relacionada a datas comemorativas, outras mais elaboradas num planejamento mais alargado e conectado a partir do desenvolvimento de projetos. Vale destacar que na grande maioria essas referências são individuais ou por parceria entre poucos professores, sem que haja uma proposta mais articulada no âmbito da escola. Os processos de comunicação decorrentes também vão nessa direção, em que pese a existência e uso de murais em algumas escolas, de organização de feiras de ciências e de processos estimuladores da criatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho nas oficinas contribuiu para o diálogo entre escolas (professores/as e gestores/as) e comunidades de pescadores/as e de marisqueiras, guias locais de turismo e artesãos. O estímulo para olhar e verdadeiramente enxergar o território permitiu estabelecer conexões com outras escalas de análise, perceber questões que estavam fora da pauta de discussões, evidenciar que o aprendizado a partir do mundo vivido das pessoas, da experiência é da importância dada a ela, são mobilizadores de vontades, de criatividade e de ação.

Os meios de comunicação quando inseridos em comunidades ativas e organizadas, podem assumir mais claramente um papel educativo, tanto na construção de conteúdo, como de mensagens, quanto pelo processo de participação popular que eles podem suscitar na produção, planejamento e gestão da comunicação.

CAVALCANTI, E.R.; COUTINHO, S.F.S. A contribuição da educomunicação à compreensão das unidades de conservação como lugares educadores. Revista CC&T/UECE – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, v. 2, n. 4, p. 63-80, jan./jul. 2021. Disponível em:

<http://revistas.uece.br/index.php/CECiT>

Nesse sentido, a vivência com a construção dos programas de rádio, o lugar de encontro entre diferentes conhecimentos, a definição de temas, pauta, escolhas, músicas... tudo isso permitiu deslocar olhares, experimentar o novo, perceber intencionalidades e pautar o contexto. E também contribuiu para uma leitura mais crítica e ativa da realidade e estimulou possibilidades de transformação da mesma.

A inserção de uma Oficina de Educomunicação nos procedimentos metodológicos da pesquisa contribuiu positivamente para o alcance do objetivo do estudo em questão e foi mais além, propiciando a ampliação de formas de comunicação que agregam abordagens educativas mais eficientes e prazerosas. Aquelas que criam oportunidades de ampliar a participação conjunta de educadores e educandos formais e não formais tornando-os, de fato, sujeitos da aprendizagem continuada seja através de livros, de programas de rádio, de músicas, de danças, de filmes e de lugares, a exemplo das Unidades de Conservação – Lugares Educadores.

A educação e a comunicação, como toda prática social, servem para manter ou alterar uma dada realidade e não é qualquer educação e nem qualquer comunicação que contribui para auto-gestão e comunicação ativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (Encea)**. Brasília: Editora do MMA, ICMBio, 2011.

COUTINHO, S. F. S.; ALBUQUERQUE, J. L. de A.; BERTUCCELLI, B. L. A Relação entre Educação e Áreas Protegidas: estudo realizado no Parque Nacional do Catimbau, Estado de Pernambuco, Brasil. In: SELVA, V. S. F.; CAVALCANTI, E. R.; SILVA, R. P. da. **Anais IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e IV Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS**. Áreas protegidas e inclusão social em cenários de mudanças (p.90-94). Recife-PE: Massangana, 2019. Disponível em: https://6d14af75-3b42-4f6d-8774-447e0f19b7b8.filesusr.com/ugd/37954b_93e3772f40484e14b277822cc504de82.pdf. Acesso em: 10 de jul. de 2020.

COUTINHO, S. F. S.; CAVALCANTI, E. R.; FERREIRA, L. F.; SILVA, R. L. C.. Unidades de Conservação como Lugares Educadores: a contribuição da Educação Ambiental para o cumprimento da Agenda 2030. **Anais 7º Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco (epePE)** (p.1-21). Recife, PE: Fundaj/MEC, 2019.

CAVALCANTI, E.R.; COUTINHO, S.F.S. A contribuição da educomunicação à compreensão das unidades de conservação como lugares educadores. Revista CC&T/UECE – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, v. 2, n. 4, p. 63-80, jan./jul. 2021. Disponível em: <http://revistas.uece.br/index.php/CECiT>

Disponível em: http://epepe.info/arquivos/EPEPE_ANAIS.pdf. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

FERREIRA, L. F.; CAVALCANTI, E. R. Educomunicação – Desafio para Gestão Participativa na Reserva Extrativista Acaú-Goiana (Resex Acaú-Goiana). **Anais do IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e IV Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS. Áreas protegidas e inclusão social em cenários de mudanças** (pp. 149-153). Recife-PE: Massangana, 2019. Disponível em: https://6d14af75-3b42-4f6d-8774-447e0f19b7b8.filesusr.com/ugd/37954b_93e3772f40484e14b277822cc504de82.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. _____ . **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GOÉS, L. T. de. (2010). Relatório MacBride – 30 anos, concentração midiática, mídia alternativa e Internet. **Revista PJ: BR – Jornalismo Brasileiro**. VII, (13). Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos13b.htm>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

GUTIERREZ, P. F. **Linguagem Total: uma pedagogia dos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 1978.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006.

JORANTE, M. J. V.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Mídias de Informação e Comunicação e Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, p.190-206. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2014.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: La Torre, 1998.

KENSKI, V. M. Educação e Comunicação: interconexões e convergências. **Educação & Sociedade** (v.29, p.647-665 – Especial), Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

RIGOTTO, R.; LEÃO, F. A. F.; MELO, R. D. de. (2018). A Pedagogia do Território: Desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO R.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Eds.). **Tramas para a Justiça Ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza, CE: Edições UFC, p.345-396, 2018.

SALOMÃO, M. **Jornalismo radiofônico e vinculação social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SODRÉ, M. (2006). Eiticidade, Campo Comunicacional e Mídiação. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 19 -31.

SOARES, I. de O. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, v.23, p.16-25, São Paulo: CCA-ECA-USP, 2002.

SCHAUN, A. **Educomunicação**: Reflexões e princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. São Paulo: Autêntica, 2007.